

QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: O CONHECIMENTO ANCESTRAL E A BASE FAMILIAR DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITORIO DO SISAL

Ana Cláudia do Carmo Cedraz[1]
Noeli Pertile[2]

Palavras-chave: segurança alimentar; saberes tradicionais; trabalho coletivo

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a produção de alimentos das comunidades quilombolas do Território do Sisal e compreender o modo como as famílias se organizam para viver nas comunidades, considerando a dinâmica agrária local. Além disso, busca destacar a importância das mulheres na produção de alimentos, no cuidado com as roças e na lida com o excedente da produção. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, com emprego de entrevistas semiestruturadas, nas quais identifica-se como as famílias se organizam para realizar distintas atividades, como o plantio e a colheita de diferentes produtos (mandioca, milho, feijão, entre outros) e a representatividade desta produção para estes sujeitos e suas tradições, diante de um cenário de extrema concentração fundiária. Para compreender as dinâmicas agrárias locais, incluindo a produção de alimentos, foi indispensável analisar a estrutura fundiária dos municípios e respectivas comunidades.

O Território de Identidade do Sisal é composto por vinte municípios (Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente) onde há, atualmente, 23 (vinte e três) comunidades

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora da rede estadual de educação-Ba.
[2] Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

quilombolas[3] reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e que foram objeto deste estudo.

A estrutura fundiária neste território de identidade e as relações de trabalho no campo, ainda hoje mantém estreita ligação com o sistema colonial brasileiro e a Lei de Terras. Essas características retroalimentam a desigualdade social e a concentração de terra e de renda nestes municípios, excluindo parcela significativa da população, principalmente os camponeses das comunidades quilombolas, das comunidades de fundo de pasto e dos assentamentos localizados nestes municípios.

Todavia, desafiando a estrutura fundiária extremamente concentrada, as dificuldades de acesso às políticas públicas destinadas aos agricultores familiares e outras relativas às condições climáticas, os camponeses quilombolas têm demonstrado suas habilidades a partir do amplo conhecimento no manejo com a terra e conseguido êxito em experiências de produção de alimentos em suas "pequenas roças", como foi observado no trabalho de campo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Plantar, cuidar, colher, como um verdadeiro "cio da terra" é o trabalho necessário para produzir no campo. Nas comunidades participantes da pesquisa, observou-se que os estabelecimentos foram bastante fracionados, dando origem a estabelecimentos menores que um módulo fiscal, estabelecido pelo INCRA e, em grande medida, menores que a fração mínima de parcelamento, chamados por Pertile (2023) de "nanofúndios". O trabalho nestas unidades familiares é realizado na maioria das vezes de modo coletivo; 68% dos participantes da pesquisa informaram que o trabalho é realizado coletivamente (com os membros da família, vizinhos e amigos). Segundo Arruti (2003, p. 95) "a vizinhança entre as roças e os constantes laços de parentescos entre as unidades produtivas tornam essa forma de colaboração muito comum, ainda que o cuidado com tais roças, o patrocínio do mutirão e o produto delas fossem prerrogativas de cada unidade familiar produtiva em separado".

A primeira etapa do processo começa com o preparo do solo, antes dele receber as sementes ou mudas. Esta atividade acontece antes do período das chuvas, geralmente em abril até início de maio (no caso das lavouras de milho, feijão e abóbora). Segundo os agricultores/as é importante que o solo esteja preparado para que, quando começarem as primeiras chuvas, eles possam plantar imediatamente. A preparação do solo consiste na limpeza e aragem que são realizadas geralmente utilizando arados, puxados por animais ou por máquinas dirigidas pelos próprios agricultores/agricultoras, como salientado por Laiane Goes: "...a aração é feita às vezes com arado convencional, o arado com o burrinho, ou com o trator que a Associação recebeu, que beneficia todos os associados e não associados da comunidade" (Laiane Goes, Lagoa dos Bois, Nordestina, 2023).

O Sr. Juvenal assim apresenta seu modo de lidar com a terra e de conviver com o clima semiárido: "Primeiro ara a terra com o burro e o arado antes da chuva chegar, quando a chuva chega, a gente joga a semente no chão, e precisa limpar que é para as plantas se desenvolverem" (Juvenal, Poças, Nordestina, 2023).

[3] Comunidades quilombolas Lagoa de Salinas, Bom Sucesso Caldeirão, Caldeirão do Sangue, Lagoa do Fumaça, Grota, Lagoa da Cruz, Lagoa dos Bois, Laje das Cabras,Palha, Poças e Tanque Bonito (Nordestina), Jitaí (Retirolândia), Vila África (São Domingos), Maracujá (Conceição do Coité), Jatobá e Tamanduá (Cansanção), Trindade e Vila Nova (Biritinga), Sítio Santana (Lamarão), Lagoa do Curralinho (Serrinha) e Lage do Antônio e Acarú (Monte Santo).

Verifica-se que a maioria dos moradores continua usando os conhecimentos tradicionais para fazerem suas roças e criarem seus animais. Conforme constatado na pesquisa, alguns moradores buscam auxílio de benzedeiras e benzedores para rezar a roça quando esta tem grande quantidade de cobras ou para rezar os animais que estão enfermos; usam plantas medicinais (como mastruz, velame, aroeira, etc.) para tratar os animais (muito frequente entre os moradores); utilizam fogo, para as queimadas de uma pequena área para plantar mandioca e abóbora; escolhem sementes crioulas para plantar em suas terras, entre outras práticas que eles afirmam ter aprendido com os seus ancestrais. Andrade *et al* (2019) afirma que a transmissão de conhecimentos tradicionais quilombolas ocorre no fluxo da vida cotidiana, na convivência entre adultos e crianças, em momentos de trabalho em que crianças observam e imitam, ou nas ocasiões em que uma pessoa mais velha abre narrativas que contêm explicações para determinadas práticas. Assim, conectando os aspectos do ambiente com as práticas de trabalho na terra, estes sujeitos estão sempre se adaptando ao meio na busca por melhores condições de vida.

Além dos conhecimentos tradicionais, nota-se que estes sujeitos também têm buscado outras formas e técnicas para melhorar o rendimento da produção agrícola. O uso de tratores e outros equipamentos como semeadeiras e forrageiras têm se tornado cada vez mais frequente, principalmente nas comunidades que tem associações comunitárias, como no caso das comunidades de Nordestina[4], Maracujá (Conceição do Coité), Tamanduá e Jatobá (Cansanção). Vale ressaltar que os equipamentos que eles utilizam não são de propriedade deles, e sim equipamentos de uso coletivo adquiridos pelas associações de moradores. Assim, a união dos agricultores/as em forma de associação é a base para a obtenção desses equipamentos que de forma individual não aconteceria, ou seria muito mais difícil. Para os quilombolas, estes equipamentos são capazes de otimizar o tempo destinado ao cultivo e reduzir a penosidade do trabalho na agricultura, possibilitando destinar parcela do tempo em outras atividades, a exemplo da própria organização da associação ou da comunidade, ou ainda, realizando atividades complementares para a renda familiar.

A utilização de máquinas e suplementos agrícolas pelos moradores, transformou a paisagem das pequenas comunidades e aumentou a produção nos pequenos estabelecimentos. Consequentemente, o ritmo mais lento nos cuidados com a terra e as "barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas" (Graziano da Silva, 1981, p. 14). Estes equipamentos contribuem para reduzir, por exemplo, o tempo gasto com a aração de terrenos muito ressequidos pela localização geográfica destas comunidades no semiárido baiano. As forrageiras reduzem consideravelmente o tempo gasto com a produção de ração animal e permitem o aproveitamento de praticamente toda a matéria-prima que os produtores coletam, como no caso do licuri. É importante destacar que as barreiras impostas pela natureza, como sugere Graziano da Silva vão sendo superadas num ritmo muito mais lento, no caso destas comunidades, do que aquelas dos grandes estabelecimentos agropecuários, movidos pela lógica do capital. Isso não somente pelo fato de uma única máquina atender a dezenas de pequenas propriedades, mas também pela relação que estes sujeitos possuem com a terra/natureza.

Os principais gêneros alimentícios nestes territórios tradicionais são o feijão, o milho e a mandioca, que são a base da alimentação dos sertanejos. Além destes, os agricultores aproveitam as roças para plantar de forma consorciada, aipim, melancia, batata doce, quiabo

[4] Em Nordestina as associações comunitárias de Salinas e Lagoa dos Bois possuem tratores com suplementos agrícolas e outras máquinas para fazer ração para os animais. Estes equipamentos são utilizados pelos moradores das 12 comunidades quilombolas do município.

e, abóbora, dentre outros cultivos. Segundo a Embrapa (2021), o consórcio de culturas "é caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia". Desta forma, os diferentes cultivos podem ser feitos ao mesmo tempo ou em épocas diferentes, mas compartilham dos mesmos recursos ambientais durante grande parte de seus ciclos de vida.

O consórcio, portanto, se caracteriza por forte interatividade entre as espécies e entre elas e o ambiente, o que ajuda a recompor a microbiologia do solo, pois cada espécie retira/repõe diferentes nutrientes do solo. Essa técnica é bastante utilizada pelos agricultores quilombolas, a partir do conhecimento repassado pelos antepassados, o que demonstra sabedoria do saber-fazer para com o manejo do solo ou de modo mais amplo, suas relações com a natureza. Ao mesmo tempo, é pertinente lembrar que essa técnica também é fundamental para melhor aproveitamento da pouca terra que possuem.

Foi possível observar que, a depender da comunidade e do tamanho das propriedades, as roças podem possuir uma grande diversidade, a exemplo da propriedade de sr. Juvenal Mota da Silva da comunidade Poças em Nordestina. Em sua propriedade ele possui uma grande variedade de frutíferas, hortaliças, leguminosas e forrageiras para os animais. Essa diversidade possibilita menor dependência de produtos industrializados, maior variedade nutricional para a família e uma renda extra para estes sujeitos, no caso de produzir excedentes.

Nesta região semiárida, os constantes períodos de estiagem e a ausência de sistemas de irrigação eficientes podem comprometer a produção agrícola, uma vez que sem o uso de tecnologias adequadas, a produção está totalmente dependente do regime de chuvas, ou seja, dependente dos ciclos da natureza. Assim, os camponeses das comunidades quilombolas do Território do Sisal têm a criação de animais como importante possibilidade para complementar a renda e assegurar proteínas na alimentação das famílias, pois estes criadores conseguem manejar pequenos rebanhos oferecendo ração e água que conseguem captar e armazenar, evitando perdas no período das secas. A criação de animais de pequeno porte, como ovinos, caprinos, suínos e aves, além de servirem de alimentação para as famílias, também é comercializada nas próprias comunidades ou entre os agricultores da região, quando há excedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos citados indicam a importância de se fortalecer a agricultura familiar camponesa, expressa nestes pequenos estabelecimentos das comunidades quilombolas do Território do Sisal. O fomento à agricultura familiar é um fator essencial em qualquer política de segurança alimentar, especialmente porque a sua produção é majoritariamente provedora do mercado interno de alimentos e de matérias-primas. Porém, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui significativamente para a geração de riqueza na economia, não só do setor agropecuário, mas do próprio país (Guilhoto *et al.,* 2009; Grisa; 2012). Para os camponeses das comunidades quilombolas do Território do Sisal, a agricultura familiar contribui para a valorização do território como meio de subsistência, provendo recursos a partir de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e digno, promovendo a segurança alimentar e parte do caminho para a soberania alimentar, além disso, contribuem também gerando renda para os pequenos produtores rurais e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M.; *et al*. Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, SP. *In*: ALMEIDA, J. S. S., UDRY, M. C. F. V. **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa, 2019

EMBRAPA. Consorciação de culturas. Conteúdo migrado na íntegra em: 22/12/2021 Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/sistema-plantio-direto/fazendo-certo/planejando-e-executando/fase-de-implantacao/organizando-o-sistema-produtivo/consorciacao-de-culturas>Acessado em:12/01/2023.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?** 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GRISA, C. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PERTILE, Noeli. Terra, território e resistência: reflexões a partir de Bahia. *in*. IV **Congresso Brasileiro de Organização do Espaço.** Rio Claro, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F70GxAiLfTM&t=2s.